

ESPAÇO URBANO E MEIO AMBIENTE: a governamentalidade na construção do conceito de cidade verde do município de Maringá – Pr.

NICOLE CERCI MOSTAGI
UNIVERSIDADE PITAGORAS UNOPAR
nicole_cerci@hotmail.com

TALITA RAVAGNÃ PIGA
talita.rpiga@gmail.com

ESPAÇO URBANO E MEIO AMBIENTE: a governamentalidade na construção do conceito de cidade verde do município de Maringá – Pr.

RESUMO: O presente artigo busca articular o processo de urbanização da cidade de Maringá e o imperativo da sustentabilidade a partir do uso do conceito de governamentalidade do filósofo francês Michel Foucault. Nesse sentido, o objetivo principal é o de compreender como o governo, por meio de legislações e discursos, transformou o espaço urbano de Maringá a ponto de ser reconhecido por ampla parte de sua população como uma cidade verde. Quanto à metodologia empregada, este trabalho pode ser classificado como descritivo, pois utilizou-se primordialmente recursos da pesquisa histórica e levantamento de dados documentais de domínio público. Como resultados encontra-se que a ocupação territorial de Maringá, o desenvolvimento de suas atividades econômicas e, principalmente, a construção da imagem de cidade verde, remete-se a uma história, reconstituída neste trabalho, em fragmentos de vinte anos. Essa divisão foi elaborada a partir de quatro conceitos centrais: Cidade-Jardim; crescimento horizontal e verticalização da cidade; Cidade Verde e; Estatuto da Cidade de Maringá. Dentre as considerações finais, destacamos que a história da idealização de Maringá como uma cidade verde aconteceu na interface entre a população e poder público cujos interesses econômicos acabam por ser enfatizados frente aos interesses ambientais.

Palavras-chave: espaço urbano; governamentalidade; cidade verde; Maringá.

URBAN SPACE AND ENVIRONMENT: governmentality of the concept construction in the green municipality of Maringá - PR

ABSTRACT: The present article seeks to articulate the urbanization process of the city of Maringá and the sustainability imperative starting from the use of the concept of governmentality of the French philosopher Michel Foucault. In this sense, the main objective is to understand how the government, through legislations and speeches, transformed the urban space of Maringá to the point of being recognized by a large part of its population as a green city. As for the methodology employed, this work can be classified as descriptive, because it was used primordially resources of historical research and collection of documentary data of public domain. As a result, it is found that the territorial occupation of Maringá, the development of its economic activities and, mainly, the construction of the image of green city, refers to a history, reconstituted in this work, in fragments of twenty years. This division was elaborated from four central concepts: City-Garden; horizontal growth and verticalization of the city; Green City and; Statute of the City of Maringá. Among the final considerations, we highlight the history of Maringá's idealization as a green city at the interface between the population and public power whose economic interests end up being emphasized against the environmental interests.

Keywords: urban space; governmentality; green city; Maringá.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca articular temas atuais e relevantes como o processo de urbanização, a gestão pública das cidades e o imperativo da sustentabilidade amplamente discutido nesse tempo histórico em que se busca melhorar a qualidade de vida das pessoas. Assim, este trabalho apresenta no decorrer de seu desenvolvimento um viés notoriamente histórico e por entendermos a história como um intenso campo de lutas cujos seus participantes disputam relações de poder, propagação de discursos e fatos oficiais e não-oficiais, optamos por recorrer ao filósofo francês Michel Foucault como base epistemológica para compreender a história que remonta à construção de cidade verde no município de Maringá, localizado no estado do Paraná.

Foucault traz em suas análises que um discurso se materializa em textos e práticas sociais que circulam e moldam uma sociedade, e no caso deste trabalho temos então o espaço urbano como essa materialização. As lutas por meio do discurso para o estabelecimento de verdades são relativas, instáveis e estão sempre em reconfiguração dependendo do momento histórico pelo qual uma sociedade se encontra (GREGOLIN, 2007).

Buscando o entendimento político acerca da sustentabilidade que pode se manifestar como uma preocupação de governo, recorreremos às obras de Foucault (1997, 2004, 2008a, 2008b), nos quais o autor utiliza o termo governamentalidade para mostrar que historicamente foi criada uma racionalidade para governar as pessoas e as relações sociais. Tal governamentalidade vem se desenvolvendo mais precisamente desde o século XVIII e tem como objetivo conhecer de maneira mais direta a vida da população.

Também mencionada como razão governamental, a governamentalidade ocupa-se da elaboração de uma racionalidade que busca organizar e dirigir a conduta dos homens por meio de uma administração estatal, que diz “respeito à definição do que se entende por governo do Estado, aquilo que chamaremos governo em sua forma política” (FOUCAULT, 2004, p. 278).

Nesse sentido, a população aparecerá como objetivo final do governo que, em sua forma estatal ou política, terá como propósito “melhorar a sorte da população, aumentar a riqueza, sua duração de vida, sua saúde” (FOUCAULT, 1997, p. 289). Isso ocorre por meio de campanhas que agem diretamente sobre a vida do coletivo populacional.

Essas campanhas em específico podem estar mais relacionadas à atualidade, mas a tática de recorrer a elas é adotada há muito tempo pelos governos e transitam sobre as mais diversas dimensões da vida. Nesse sentido, a população é amplamente vigiada e controlada pelos mecanismos elaborados pelo poder público como, por exemplo, as legislações ambientais de preservação de áreas verdes, habitação e saúde. Desse modo, o espaço urbano não é apenas um território com bens e indivíduos, mas um lugar de circulação e relações entre corpos e coisas. Trata-se de um meio a ser gerido com fins de assegurar vida e operacionalizar algum nível de liberdade com segurança (LEMOS, 2012).

Relacionando tais campanhas que o Estado visa promover a fim de alcançar determinados objetivos ao acionamento das pessoas em suas relações sociais para se conectar com esses objetivos, este artigo tem por objetivo principal compreender como o governo, por meio de legislações e discursos, transformou o espaço urbano de Maringá sendo reconhecido por ampla parte de sua população como uma cidade verde.

Para isso, foi feito um levantamento dos aspectos históricos e documentais referentes à cidade de Maringá, destacando as fases de urbanização e sua interface com o meio ambiente. Desse modo, analisa-se a história da cidade de Maringá para além de seu planejamento urbano e arborização, destacando também sua trajetória, representações e problemas ocorridos com o passar do tempo e registrados nos seus espaços naturais e em sua construção.

Tomando como critérios a ocupação territorial, o desenvolvimento de atividades econômicas e, principalmente, a construção da imagem de cidade verde e cidade ecológica, a

história da cidade foi reconstituída, neste trabalho, em fragmentos de vinte anos. Essa divisão foi elaborada a partir de momentos considerados decisivos na construção de cidade verde: Cidade-Jardim (1938-1958); crescimento horizontal e verticalização da cidade (1959-1978); Cidade Verde (1979-2000) e; Estatuto da Cidade de Maringá: “A Cidade que eu quero” (2001 até dias atuais). Tais momentos históricos são explicitados neste trabalho como resultados desta pesquisa e são apresentados na quarta seção deste texto.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Buscando compreender como as cidades se organizam, Harvey (1980) diz que os espaços urbanos refletem a complexa estrutura social desigual do capitalismo, sendo um local de reprodução das relações de produção. Se, por um lado, o espaço urbano concentra a força de trabalho, os meios de produção, de cultura e de informação, por outro lado, acumulam os desequilíbrios e desajustes sociais, higiênicos e ambientais mais graves (SILVA, 2006).

Consideramos, nesta pesquisa, que a cidade é um espaço urbano (CORRÊA, 2005) “[...] fragmentado, articulado e condicionante social. O espaço urbano é também o lugar onde os diferentes grupos sociais vivem e se reproduzem” (CORRÊA, 1999, p. 17). Envolve, de um lado, o cotidiano, as crenças, valores, vivências e afeições, e de outro, os monumentos, ruas, praças e parques, sendo assim, o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. (CORRÊA, 1999).

Com isso, os espaços urbanos tornam-se lugares repartidos funcionalmente pela preocupação do governo de controlar os diferentes segmentos da população, com vistas ao controle dos modos de vida. Assim, atualmente, a gestão e o governo desses espaços estão marcados por abordagens fragmentadas, tanto em relação às instâncias governamentais envolvidas quanto às diversas ações e políticas públicas prevaletentes (SILVA; TRAVASSOS, 2008). É notável, por exemplo, que as cidades são divididas em bairros ou zonas, sendo o centro majoritariamente ocupado por serviços e comércio. Já os bairros da classe média/alta contam com áreas verdes e de lazer, tendo um espaço com mais segurança e tranquilidade. Por outro lado, os bairros da classe baixa sofrem com a falta de saneamento, coleta de lixo e baixa segurança. Percebe-se, assim, que as cidades são divididas por estratos econômicos, sociais e, em alguns casos, como em Maringá, pelas questões ambientais.

As múltiplas relações engendradas dentro da cidade e sua inevitável transformação da natureza levaram a uma preocupação com as questões ambientais, pois “[...] esse fenômeno urbano mudou de natureza. Não é mais um problema dentro outros; é o problema número um, o problema-cruzamento das questões econômicas, sociais e culturais” (GUATTARI, 2006, p. 173). Esses espaços urbanos produzem o destino da humanidade. Tanto que Park (1967, 1996. 3) descreve as cidades como sendo: “[...] a tentativa mais bem-sucedida do homem de reconstruir o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, doravante ela é o mundo onde ele está condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer percepção clara da natureza da sua tarefa, ao construir a cidade o homem reconstruiu a si mesmo”.

O espaço urbano abriga um contingente populacional que produz e reproduz modos de existência e subjetividades. Segundo Guattari e Rolnik (1996, p. 33), a subjetividade pode ser compreendida como algo que:

[...] está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes de subjetividade, produzindo um processo que eu chamaria de singularização.

Sendo assim, pensar em qualquer tipo de transformação que objetiva a preservação da natureza necessariamente passa por uma mudança nos modos de vida e nos hábitos. Paula complementa tal ideia afirmando que tomar em análise a história da cidade:

[...] é considerar as maneiras como a construção urbana é tributária de um complexo interdependente de motivações, referências, interesses e desejos, em que a subjetividade e as idiossincrasias como construtor-inventor, a racionalidade instrumental do urbanista-tecnocrata, e a pura gratuidade do gesto gráfico rebelde, fazem da cidade obra de arte, como diz Argan, mas, também, dispositivo político, discriminatório, estratégico (PAULA, 1997, p. 53).

A cidade é portadora de sua história social, que se faz presente nas ruas, praças e construções, sendo ao mesmo tempo espaço físico e construção subjetiva. Pensando nisso, Paula assinala que a cidade é resultado de uma dupla operação, ao mesmo tempo simbólica e material: [...] de um lado a pedra e o cal, o ferro e a madeira, o espaço construído e suas funções. De outro lado a recepção destes elementos, destas imagens e o papel simbólico que realizam na estruturação de identidades coletivas. Cada prédio, cada praça, cada espaço são apropriados, vivenciados como peças de um universo simbólico que têm papel decisivo na cimentação social (PAULA, 1997, p. 53).

Na perspectiva de controle da população, outro domínio da governamentalidade no qual o Estado interveio foi a relação entre a espécie humana e seu meio de existência, como por exemplo, o geográfico, o hidrográfico, e também nas dimensões políticas das relações entre seus membros. A noção de governamentalidade colabora neste estudo para compreender as intervenções racionalizadas do Estado que legitimam práticas e pretendem gerenciar os modos de vida.

Voltando-se o olhar para a cidade de Maringá, percebe-se esse tipo de espaço, pois ela foi construída pela destruição inicial de sua riqueza natural composta pela Mata Atlântica, formando um espaço urbano onde as árvores constituíram uma representação social de cidade verde (BOVO; AMORIM, 2012). Os quatro grandes marcos históricos trabalhados na seção de Resultados evidenciarão a complexidade de um espaço urbano e as relações sociais que o circundam. Isso se dá sobretudo em face de uma preocupação de governo pró-sustentabilidade no intuito de lidar com os efeitos negativos do crescimento urbano calcado no desenvolvimento econômico. Apresentamos agora os procedimentos metodológicos que guiaram a seleção dos documentos e as análises tecidas a seguir.

3. METODOLOGIA

No cotidiano das cidades, a relação entre homem e natureza vem sendo problematizada, mais frequentemente tendo como norteadoras as questões relativas à preservação do meio ambiente e à organização do espaço urbano. No intuito de problematizar tal relação este trabalho pode ser classificado como descritivo, utilizando-se primordialmente recursos da pesquisa histórica. Em pesquisas descritivas, o foco está na investigação de um determinado tema, buscando delinear seus problemas, sua dinâmica social e seus agentes. Trivinho (1992, p. 110) assinala ainda que esse tipo de estudo “[...] pretende descrever com ‘exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”. Além de descritivo, este trabalho recorre a alguns elementos do método histórico de pesquisa. Entre esses elementos estão as análises de documentos que se atentam aos detalhes das relações vividas e da rede de significados construídas por seus agentes. Assim, o recorte temporal estudado nesta pesquisa correspondeu ao período entre o planejamento do território onde seria fundada a cidade de Maringá e o momento atual (2016). Sobre o recorte, Dias e Becker (2010, p. 9-10) consideram:

Por meio do recorte longitudinal, é possível demarcar uma sucessão de períodos, proporcionando entendimento da evolução do fenômeno estudado; buscar nas narrativas e/ou pesquisa documental elementos que permitam identificar os marcos históricos da organização; construir uma lista de eventos que influenciaram decisivamente na formação da estratégia organizacional ao longo de sua trajetória; identificar categorias que reduzam a complexidade dos dados; a decomposição dos dados em períodos sucessivos permite explicitar como ações dentro de um determinado período levaram a mudanças que afetaram os períodos seguintes.

A perspectiva longitudinal, comumente utilizada em estudos históricos, é uma das abordagens da pesquisa descritiva que tem por objetivo coletar informações ao longo do tempo. O levantamento de dados documentais foi realizado no site da prefeitura e nos demais documentos de domínio público por ela disponibilizados. A pesquisa bibliográfica envolve material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet. Assim, a pesquisa e o levantamento de dados documentais e bibliográficos são necessários para uma compreensão mais aprofundada sobre o processo histórico de uma cidade, no caso específico desta pesquisa, buscando informações sobre a construção da cidade de Maringá desde o seu planejamento inicial até os dias atuais. Para May (2004, p. 221), “[...] os documentos fornecem uma fonte de dados importante para entender os eventos, processos e transformações nas relações sociais [...] eles são centrais para entender e explicar as relações sociais”. Os documentos foram consultados durante os anos de 2015 e 2016 e considerados como dados secundários.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme enunciado na seção introdutória deste trabalho, e por se tratar de uma pesquisa essencialmente histórica calcada no levantamento e análise de documentos, os resultados encontrados referem-se a quatro momentos históricos claramente demarcados na história de urbanização e transformação socioambiental da cidade de Maringá. Dessa forma, a sistematização desses resultados pode ser expressa a partir de quatro conceitos interligados, que correspondem a mudanças ocorridas em torno de 20 anos para cada conceito.

Nesta seção ficam evidentes os diversos slogans produzidos pelo governo local de Maringá no intuito de conceber a cidade como um espaço urbano amplamente conectado com uma preocupação ambiental, sobretudo no que tange à arborização desse espaço. Assim, é possível visualizar e refletir que tais slogans configuram claramente uma forma de campanha racionalizada para angariar participação popular sobre determinado objeto de preocupação, tal qual evidenciou Foucault por meio do conceito de governamentalidade. Importante destacar que no caso da construção de um ideal de cidade-verde do município de Maringá, a participação popular em sua maioria se reserva a um sentido meramente contemplativo dos slogans produzidos pelo governo local. Passamos agora à apresentação e discussão dos quatro momentos históricos da urbanização de Maringá e suas respectivas implicações com a problemática ambiental presentes em quatro principais conceitos.

4.1 Cidade-Jardim

A colonização da região do norte do Paraná aconteceu por meio de ações da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), surgida em 1925, em parceria com o Estado com o intuito de desenvolver a produção de café na região. Tratava-se de uma exploração agrícola que dividia as terras em pequenas ou médias propriedades para favorecer a produção familiar e facilitar as formas de pagamento da terra. O planejamento dessa ocupação previa a formação de quatro núcleos urbanos: Londrina, Maringá, Cianorte e Umarama, sendo eles interligados por uma única ferrovia. Este processo de colonização, especificamente na cidade de Maringá, trouxe

muitas vantagens à região. Todavia, foi indissociável de uma série de questões ambientais como a dizimação da mata atlântica, a prática de queimadas prejudicando, principalmente, contaminando a água e o solo.

Na área que foi atribuída à construção da cidade de Maringá, o povoamento começou no ano de 1938, com o objetivo principal de exploração agrícola e estabelecimento do núcleo urbano na região. Na década de 1940 ergueram-se as primeiras edificações urbanas e essa área ficou conhecida como Maringá Velho.

A CMNP decretou oficialmente que Maringá seria um distrito de Mandaguari em 10 de Maio de 1947, sendo que, à época, essa definição foi considerada bem sucedida sob o ponto de vista econômico. Contudo, em relação ao meio ambiente, vale ressaltar a retirada da vegetação original de toda região. Originalmente coberta pela mata pluvial-tropical e subtropical, a região de Maringá teve, em seu processo de ocupação, sua cobertura florestal praticamente eliminada (MAACK, 1968). Várias espécies foram praticamente dizimadas: A região de Maringá era, originalmente, coberta pela floresta estacional semidecidual submontana, abundante em espécies como o cedro, a peroba, o ipê, o pau-d'alho e a canela, que foram dizimadas na primeira metade do século com a colonização, a expansão da cultura cafeeira e a descoberta de seu potencial econômico para a construção civil (MENEGUETTI; REGO; BELOTO, 2009, p. 30).

Após a devastação, a cidade de Maringá foi projetada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, em 1947, que desenvolveu o desenho da cidade tendo como referência a ideia de uma cidade jardim, cuja característica principal era o traçado orgânico do espaço físico que desenhava o sítio urbano mantendo-o adequado à topografia, à rede hidrográfica e ao clima. O desenvolvimento da cidade está ligado diretamente às suas características geográficas, tal como é possível constatar no depoimento do Boletim 2, do Projeto Memória de Maringá (1996):

O projeto de Maringá, a curiosidade que se tem é que os parques que eu projetei no meio da cidade, eu projetei aqueles parques [...] para mostrar às gerações que viessem depois, quando a cidade tivesse construída, o que era Maringá antes da cidade, né? Era uma mata virgem. E de mais a mais são dois pulmões da cidade... Maringá não deve temer a poluição como o resto do mundo, ela já tem dois pulmões (*apud* BOVO, 2009, p. 96).

A cidade, até aquele momento, era marcada pelas queimadas e desmatamentos. Para transformar essa prática, foi difundida uma imagem de cidade atraente com vegetação nativa e exótica, tanto que “[...] a construção da cidade implementou a arborização urbana como ‘decoreção natural’” (REGO, 2001, p. 1576). Em 1947, o anteprojeto de cidade-jardim era constituído por mais de 400 quadras e foi considerado muito ambicioso para a época.

Figura 1 - Anteprojeto da cidade de Maringá no estado do Paraná (década 1940)



Fonte: Vieira, [194-], s/p.

Como é mostrado na figura 1, o espaço urbano do anteprojeto possuía dois pulmões verdes e áreas verdes espalhadas por todo o projeto. Todavia, a arborização de Maringá foi realizada tendo como norteadoras as questões econômicas. O projeto não foi concretizado devido a um aspecto exclusivamente estético, tendo em vista que tinha o intuito de atrair mais migrantes e diminuir o êxodo na região. Esse êxodo ocorria pelo fato de ser uma região com pouca umidade do ar, de poeira da terra considerada roxa, e que após a colonização, os ventos ficaram mais fortes e a harmonia da vida em Maringá estaria abalada. A arborização da cidade de Maringá ficou sob a responsabilidade do paisagista Dr. Luiz Teixeira Mendes, contratado em 1949 para providenciar a rápida arborização. De acordo com o jornal local “O Diário”: “Os impactos naturais causados pela grande devastação da mata atlântica local e o forte calor que fazia na cidade sem a proteção da sombra das árvores foram fatores que incentivaram a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná a promover um projeto de reflorestamento e arborização de Maringá, além de um trabalho de preservação das espécies nativas (O DIÁRIO, 2015, s/p)”.

Nessa mesma época, três acontecimentos foram importantes. Em 1948, Maringá, que era distrito de Mandaguari, passou à categoria de vila. Em 1951, por meio da Lei n.º 790, Maringá tornou-se município. Em 1954, foi instalada a Comarca de Maringá. Nessa década, Maringá recebia várias denominações como “Cidade Milagre”, “Cidade Brotinho”, “Cidade Menina”, “Cidade Prodígio” e “Rainha do Sertão Paranaense”. Cada uma delas evidenciava a intenção de desenvolver a cidade e atrair novos moradores.

No decorrer da década de 50, “[...] formou-se a área urbana - a cidade em si, ou seja, houve a ocupação do espaço vazio e a consolidação do plano-piloto” (MANSANO, 2013, p. 87). Até esse momento, a CMNP assumiu a responsabilidade por administrar a arborização da cidade sem ônus para a administração pública municipal. Nessa mesma década, em 1952, ocorreram as primeiras eleições para prefeito e vereadores na cidade. Um ano depois foi fundada a Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM), composta por um grupo de empresários locais. Em 1954, foram elaboradas e votadas as primeiras leis tributárias, entre elas o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), sendo que este isentava os proprietários que edificassem seus terrenos, incentivando, assim, o desenvolvimento econômico e social do município.

4.2 Crescimento Horizontal e Verticalização da Cidade

A partir da década de 1960, o Norte do Paraná transformou-se “[...] em uma agropecuária moderna, subordinada ao padrão de acumulação industrial, com vinculações às agroindústrias extremamente dinâmicas” (FRESCA, 2004, p. 215). Nesse momento, a base

econômica passou gradativamente para a produção de soja e trigo. Esses novos cultivos trouxeram mudanças para os meios rural e urbano, pois exigiram maior mecanização nas lavouras e, por conseguinte, menos mão de obra nos campos, crescimento dos fundiários e êxodo rural. Para Moro (2003, p. 62): “O cinturão verde, constante do projeto inicial, formado por centenas de pequenos lotes, periurbanos, destinados a abastecer a cidade de produtos hortifrutigranjeiros, é rompido em várias frentes, começa sua desterritorialização”.

Também na década de 1960, foram construídos treze edifícios no centro da cidade, desencadeados pelo desenvolvimento da urbanização da cidade e pelos aspectos econômicos das riquezas advindas do café e das atividades comerciais. Essas construções eram em sua maioria de madeira. O crescimento horizontal impulsionou a criação do Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá, conforme mostrado na figura 2:

Figura 2 - Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá



Fonte: CODEM, 1967, s/p.

O processo acelerado de crescimento urbano ocorreu principalmente nas décadas de 60, 80 e 90, e atingiu níveis para além do que foi planejado na década de 40. A primeira legislação urbanística municipal foi efetuada por meio do Código de Postura e Obras, Lei n.º 35 de 1959:

A lei de 1959, em diversos artigos (n.º: 488, 489, 490, 876, 877), restringe intervenções estruturais em cursos d'água (construção de açudes, barragens, tapumes, etc.), destina ao departamento competente da prefeitura estabelecer uma distância mínima da construção em relação aos cursos d'água; proíbe o corte ou derrubada da vegetação ripária; e demarca os parques concebidos por Macedo Vieira como Zonas Verde, proibindo a edificação nestes espaços, reconhecendo sua importância paisagística (BARBOSA; CORDOVIL, 2007, s/p).

O Plano Diretor de Desenvolvimento de Maringá estava relacionado com o plano de desenvolvimento do estado do Paraná, enfatizando a região norte do estado, que previa o estabelecimento de sete polos regionais, um plano de urbanização e introdução de distritos industriais em todo o estado (MARINGÁ, 1967). Esse plano foi instituído pela Lei n.º 621 de 1968 e priorizava o sistema viário em detrimento da paisagem urbana. De acordo com Barbosa e Cordovil (2014): [...] no plano de 1968, destaca-se o artigo 14º da Lei de Loteamentos (Lei n.º 625/68) que o compunha e disserta sobre a faixa mínima não edificável em fundos de vale ou talvegues sendo que a dimensão desta era proporcional à área em hectares da bacia hidrográfica contribuinte, expressa em hectares (BARBOSA; CORDOVIL, 2014, s/p).

Essas duas legislações serviram como diretrizes para a preservação ambiental e como um importante indicador de alguns instrumentos legais orientadores da ocupação urbana que se verificou a partir dessa década. Tais legislações urbanistas tiveram grande relevância para a configuração das primeiras expansões do plano inicial e para as mudanças nos parâmetros urbanísticos, que contribuíram para reformulações propostas pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira. Ele desenvolveu o desenho da cidade tendo como referência a ideia de uma cidade-jardim. Desse modo: “O discurso inicial da CTNP/CMNP vem sendo consolidado nas diversas transformações realizadas no espaço urbano de Maringá. Os temas recorrentes são cristalizados, tanto através de propagandas, que alardeiam o caráter de cidade agradável e segura, como espacialmente, em decisões para a expansão da cidade e em projetos urbanos” (CORDOVIL, 2010, p. 1).

Mesmo com o declínio do café, ocorrido na década de 60, a cidade manteve-se como polo migratório, registrando outro processo: a cidade se verticalizou, mantendo um núcleo central de edifícios, favorecendo o crescimento econômico e a diversidade da economia que envolvia o comércio, a agroindústria e a agricultura. Ao mesmo tempo, nessa década, ocorreu um reflorestamento urbano com a utilização de espécies nativas e exógenas nas vias públicas e praças, com o intuito de diminuir o calor, a poeira e, principalmente, melhorar a estética da cidade que foi destruída pelo desmatamento inicial. É o que se constata no documento abaixo:

Maringá era como uma menina bonita pelo seu traçado, mas ela precisava de uma roupagem, de uma vestimenta, então a nossa função, sob a orientação do Dr. Luiz Teixeira Mendes, foi vestir essa menina, essa mocinha bonita que era Maringá, aquele traçado. Assim, foi dada essa roupagem de verde que é o verde das vias públicas de Maringá (SILVA, 2006, p. 88).

Essa roupagem tinha como propósito difundir uma imagem de cidade bonita, com muitas árvores e flores durante todo o ano, incentivando a imagem do momento que analisaremos, em seguida, e que se consolidou como “cidade verde”.

4.3 Cidade Verde

Quando Maringá foi projetada, em 1940, ela conservava em sua planta original as principais áreas verdes. Apesar disso, apenas na década de 1980 foram traçadas as estratégias para a criação do slogan “Cidade Verde”. O slogan de “Cidade Verde” é um enunciado que busca fazer uma aproximação entre homem e natureza. Ele foi elaborado com finalidades econômicas a fim de disseminar o significado de “paraíso turístico”, transformando a cidade em atrativo por suas potencialidades para o desenvolvimento de comércio, investimento e qualidade vida (PAULA, 1997). O slogan tinha o intuito de transformar a imagem da cidade: “[...] o slogan “cidade verde”, no caso de Maringá, antecede a Constituição Federal, pois desde a sua fundação em 1947, o verde vem se tornando a imagem que é utilizada pelo poder público, onde Maringá destaca-se entre as cidades brasileiras que mais investiu em qualidade de vida da sua população” (BOVO; AMORIM, 2009, p. 63).

Esses discursos foram utilizados pelo poder público municipal com o intuito de melhorar a imagem e divulgar a cidade na esfera nacional como sendo caracteristicamente verde. Para Bovo e Amorim (2012, p. 110), essa estratégia pode ser encontrada em diversos documentos de domínio público como, por exemplo, nos enunciados que se seguem: “Maringá, 50 anos – Um Mergulho no Paraíso Verde” (RCA-Vídeos Produções, 1997), “A Realidade em Concreto é Verde” (folheto – da Prefeitura Municipal de Maringá) e “Conheça Maringá, A Cidade Verde” (Folder-Prefeitura Municipal de Maringá).

Tais enunciados que dão destaque à dimensão ecológica estão implícitos na produção do estado urbano da cidade, que é transformada, então, em um espaço estético considerado agradável. Sobre isso, Takahashi (1997, p. 89) assinala: “À medida que a prefeitura foi se

estruturando, assumiu essa responsabilidade, criando um Departamento denominado de Parques e Jardins, sob a orientação técnica da CMNP, que orientou a prefeitura até 1982”.

Ao final da década de 1970, a população urbana ultrapassava os 120.000 habitantes, mostrando um potencial de crescimento surpreendente que, não tendo sido planejado pelas legislações municipais, levou à consolidação de uma malha fragmentada e descontínua. Nesse contexto de ampliação demográfica, foi instituído o Plano de Diretrizes Viárias de 1979. Tal plano foi baseado em um levantamento aerofotogramétrico de toda a área do município. Por meio dele é possível identificar as distorções entre o projeto original, as manchas urbanas espalhadas e as restrições ambientais relativas ao relevo e corpos d’água.

Considerado o mais importante plano de expansão de Maringá, “[...] em conformidade com a ideia das estruturas lineares do Plano Diretor de 1967, o Plano de Diretrizes Viárias de 1979 instituiu, de fato, os corredores verdes ao longo dos córregos, em uma distância mínima de 60 m de cada lado do rio, limitados por vias que se chamaram paisagísticas” (MENEQUETTI; REGO; BELETO, 2009, p. 36).

Na década de 1980, com a economia favorável em conjunto com as legislações vigente, ocorreu o auge da verticalização urbana: “[...] a década de 1980 testemunhou o auge da verticalização urbana, notadamente no período 1984-1989” (MENEQUETTI; REGO; BELETO, 2009 p. 37), gerando corredores altamente edificadas, desfavorecendo a imagem de cidade verde. Nesse momento, a Secretaria de Cultura e Turismo abriu um concurso para eleger um slogan a ser adotado pela cidade. O slogan vencedor foi “Maringá: o coração verde do Brasil” e as árvores passam a ser o símbolo da cidade, transformando-as, assim, em uma representação social de “cidade ecológica”, ou “cidade verde” (SILVA, 2006).

Em 1999, Maringá foi considerada uma cidade turística, recebendo o selo aprovado pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), por ser uma das cidades mais arborizadas do país (SILVA, 2006). Em 2000, a Secretaria Municipal de Comércio, Indústria e Turismo desenvolveu projetos com o intuito de divulgar as atrações naturais e rurais da região e enfatizar Maringá como uma cidade verde e ecológica (O DIÁRIO, 2015, s/p) a ser explorada pelo turismo. Em 2008, foram catalogadas 104 praças na cidade de Maringá (BOVO, 2009). Esse período foi marcado pela tentativa de avanço ambiental, como a manutenção da biodiversidade e a proteção dos recursos naturais e hídricos. Procurou-se mostrar que a cidade proporcionava uma bela paisagem urbana por meio de criação de locais para lazer com o intuito de difundir a qualidade de vida da população.

Nesse contexto, a diferença entre o ideal e a realidade entrou em conflito e, apesar de a cidade de Maringá possuir a estrutura urbana de uma paisagem arborizada e fazer disso um discurso de “cidade verde”, percebe-se que, no seu sítio urbano, a degradação do meio ambiente foi relevante, precisando, assim, desenvolver uma política urbana.

No caso específico da cidade de Maringá, os slogans “cidade verde” foram elaborados a partir da necessidade do poder público municipal em trabalhar com a causa ecológica para agregar valor no espaço urbano. Assim, o governo municipal construiu uma imagem de cidade que investe em qualidade de vida da sua população e nos espaços coletivos. Nessa visão, o discurso produz então efeitos, fazer crer, e esse fazer crer é a intenção do governo, que procurou, por meio de técnicas específicas, cristalizar e divulgar uma imagem positiva da cidade.

4.4 Estatuto da Cidade de Maringá: “A Cidade Que Eu Quero”

Maringá foi a primeira cidade do estado do Paraná a implementar um sistema de discussão com participação popular. O tema do Plano Diretor foi: “A Cidade que eu quero”. O Plano Diretor de Maringá foi alterado pela Lei Complementar n.º 632 de 2006, e no Art. 4º, que trata da função social da cidade. Ela:

Compreende o pleno exercício de todos os direitos à cidade, entendido este como direito à terra, aos meios de subsistência, ao trabalho, à saúde, à educação, à cultura, à moradia, à proteção social, à segurança, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao saneamento, ao transporte público, ao lazer, à informação, à acessibilidade e demais direitos assegurados pela legislação vigente (MARINGÁ, 2006, p. 2).

O Art. 5 trata da promoção da qualidade de vida e do meio ambiente, do controle, preservação e recuperação dos bens socioambientais e da integração das políticas públicas de desenvolvimento sustentável municipal e regional. O Art. 13 trata da sustentabilidade, compreende a distribuição equitativa de ônus e benefícios da utilização dos recursos naturais, sociais e culturais, a ampliação da preservação e recuperação ambiental e maior racionalidade das atividades econômicas para o bem-estar da população atual, das gerações futuras e para a justa distribuição das condições ambientais entre os moradores do Município e da região. Já no Art. 15 fica evidenciada sua função de: IV - Promover a preservação e recuperação do meio ambiente, buscando a integração e a sustentabilidade, de forma a melhorar a qualidade de vida urbana e rural; V - Promover o desenvolvimento sustentável da cidade; VIII - Promover o adequado uso e ocupação do solo urbano e rural, garantindo qualidade paisagística, urbanística e a preservação dos bens socioambientais (MARINGÁ, 2006, p. 2).

Nota-se que as preocupações ambientais estão presentes no Plano Diretor de Maringá, que se concentra nas políticas direcionadas e aplicáveis internamente principalmente a questões práticas relacionadas à urbanização. Em 2009, foi reformulada a lei complementar de 1993, sendo ela substituída pela Lei n.º 758/09, que dispõe sobre a política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente no Município de Maringá. No Art. 4.º é possível verificar que cabe à Secretaria Municipal de Meio Ambiente implementar os instrumentos da política do meio ambiente do Município, competindo-lhe, para a realização dos seus objetivos, entre eles: I – propor, executar, coordenar e fiscalizar, direta ou indiretamente, a política ambiental do Município de Maringá, exercendo, quando necessário, o poder de polícia; XII – fixar normas de monitoramento e condições de lançamento de resíduos e efluentes de qualquer natureza; XXI – garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e dados sobre as questões ambientais no Município, entre outros (MARINGÁ, 2006). No Art. 5.º foram instituídos os instrumentos da política do meio ambiente de Maringá, entre eles: o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente e o Fundo Municipal do Meio Ambiente (MARINGÁ, 2009).

De 2010 em diante, a Secretaria do Meio Ambiente desenvolveu dois programas ambientais: Maringá Verde e Serviço Urbano Eficiente. O principal programa ambiental do município foi denominado Maringá Verde e suas principais atividades envolvem a revitalização, permanência, conservação e melhoria de praças, parques, bosques, arborização urbana, áreas verdes públicas, espaços e atividades ambientais. Todas as atividades e projetos da secretaria estão incluídos nesse programa. Além disso, há o denominado Serviço Urbano Eficiente, que realiza a atividade de conservação do apiário municipal.

O município de Maringá, desde sua colonização, vem apresentando diversos problemas relacionados aos recursos hídricos, tais como falta de água para a população urbana, falta de mata ciliar, erosão, assoreamentos, esgoto clandestino, resíduos industriais, lixo doméstico e comercial e agrotóxicos, entre outros, tanto no setor rural como no urbano, fortalecido pelo crescimento populacional (ASSIS; GODOY, 2008).

Ao todo, nos dias atuais, a cidade soma em torno de 2.108.591,00² de áreas verdes, consequente das 11 Unidades de Conservação e das oito áreas de reserva existentes na cidade. Maringá possui 90 alqueires de matas nativas, distribuídos por 17 bosques e milhões de árvores de diversas espécies plantadas ao longo das ruas e avenidas. Isso totaliza 6.826.823 m² de área verde ou 25,94 m² por habitante (MARQUES, 2013).

Estudo recente (KERKHOFF, 2010), no entanto, aponta problemas decorrentes dos resíduos e a erosão, como: contaminação dos mananciais dos córregos do perímetro urbano e lençóis freáticos, perda da arborização urbana ou a depredação dessas, a falta de saneamento básico nos bairros mais pobres e a impermeabilização das áreas centrais.

Pode-se dizer que o principal objetivo da política ambiental é a “[...] preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida” (BRASIL, 1981). Contudo, nesses dezesseis anos de existência da política ambiental de Maringá, quase nada foi alterado. A cidade e a sua população cresceram, mas a política ambiental do município não acompanhou essa mudança (KERKHOFF, 2010).

Nesse sentido, as primeiras legislações ambientais surgiram para manter o simbolismo de “Cidade Verde”, valendo-se de multas por danos à arborização das ruas, praças e parques e plantio de árvores em cada lote na zona rural, ainda na década de 1970. Apenas em 1993, o município elaborou uma política realmente relacionada ao meio ambiente, como também criou e consolidou o Conselho Municipal do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Serviços Urbano e Meio Ambiente (SEUMA) e do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Assim, a forma como discurso ambiental e ecológico foi produzido e repetido em Maringá cooperou, em alguma medida, para instituir um reconhecimento e uma sensação de que é possível viver em uma cidade ecologicamente planejada. A partir da década de 1980, este imaginário de cidade verde, que desfruta de ampla qualidade de vida, é disseminado para o país todo por meio do discurso ambiental e ecológico, sendo citados pela mídia de amplitude nacional seus bosques e parques naturais, suas flores e arborização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegando ao final deste artigo, podemos constatar que as políticas públicas e legislações apresentadas ao longo do texto, permitem evidenciar que uma governamentalidade, tal qual estudada por Foucault (1997, 2004, 2008a, 2008b) põe em ação decisões tomadas por gestores públicos conforme períodos e demandas específicos da problemática ambiental na cidade de Maringá. Esta dimensão política e as instituições ligadas a ela colaborou, em larga medida, para a manutenção do simbolismo verde da cidade. Tal imagem, que foi “[...] produzida pelo urbanismo, é um produto tanto das forças de mercado como do poder público” (KERKHOFF, 2010, p. 82). Pode-se constatar, também, que a cidade de Maringá foi projetada considerando suas características geográficas e conservando suas principais áreas verdes. Nesse sentido, o enunciado “Cidade Verde” é um discurso adotado desde a sua colonização, e, principalmente, a partir da década de 1980, pelos órgãos públicos municipais, que tinham o objetivo de transformar a cidade em atrativo turístico.

É perceptível que a finalidade do governo voltava-se para a divulgação da cidade como um espaço urbano com qualidade de vida e ecológica. As campanhas publicitárias e divulgações mantidas pelo poder público sustentavam o discurso e a imagem de uma cidade verde e com qualidade de vida. Todavia, segundo estudos de Meneguetti; Rego e Beloto (2009), os problemas ambientais em Maringá começaram já na década de 1940, sendo resultantes da ausência de planejamento e de preocupação ambiental por parte dos órgãos públicos.

Maringá foi crescendo sem considerar que os recursos naturais deveriam ser conservados. Essa falta de planejamento e preocupação não faz parte da “história”, pois, para Foucault (2004, p. 195), uma história “[...] não deveria ser aquela do que poderia existir de verdadeiros nos conhecimentos, mas sim uma análise dos “jogos de verdade”, dos jogos do verdadeiro e do falso através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, ou seja, como podendo e devendo ser pensado”. Maringá, durante toda a sua história, tenta, por meio desse discurso, construir uma “verdade” de cidade preocupada com o meio ambiente.

Cabe questionar se esse empreendimento governamental foi suficiente para a construção e adesão ao ideal de cidade verde. As propagandas e campanhas feitas em torno de cidade verde (arborização) e qualidade de vida da população de Maringá são um meio para afastar a população local dos problemas e das preocupações com o ambiente em que vivem

Nos quatro momentos históricos analisados no decorrer deste artigo, verificou-se que as ações do poder público municipal, referentes às questões de urbanização, crescimento controlado do espaço urbano, arborização e preservação de áreas verdes, passaram a ser uma estratégia para aumentar do valor do espaço urbano, transformando-o em um negócio bastante rentável.

Com isso, foi possível verificar que o planejamento inicial de cidade-jardim é complexo e comportou diferentes problemas. No primeiro momento, o espaço urbano de Maringá foi concebido tendo como referência a noção de cidade-jardim. Tal concepção, baseada no cuidado com a natureza, guardava grandes diferenças em relação ao desmatamento acelerado e agressivo da Mata Atlântica original, que teve como principal efeito sua quase extinção na região. Essa transformação impactou negativamente o meio ambiente.

Houve, assim, grande dificuldade para preservar as áreas verdes durante o crescimento horizontal e a verticalização. Entre as décadas de 1960 e 1980, a cidade verticalizou-se em um mosaico de edifícios e construções com projetos arrojados. Ao mesmo tempo, os gestores públicos municipais criaram legislações regularizando o uso e ocupação do solo urbano sem valer-se, para isso, de critérios técnicos. Um dos principais efeitos dessa ocupação urbana foi a impermeabilização do solo.

No terceiro momento da análise, constatou-se que, em contrapartida ao slogan de cidade verde disseminado entre a população, ocorreu a deterioração de áreas verdes, destruição de fundos de vales, podas de árvores efetuadas de maneira ilegal ou incorreta, não implementação de plano de manejo, assim como o lançamento de resíduos sólidos e líquidos no meio ambiente sem os cuidados previstos em lei. Pode-se considerar que tais práticas estão vinculadas, principalmente, aos interesses privados na cidade (SILVA, 2000).

No último momento analisado, constatou-se que o poder público apresentou uma preocupação mais direta com a sustentabilidade, pressionado, entre outros, pelos eventos mundiais de cuidado com o meio ambiente. Com isso, dimensões mais complexas ganharam evidência. Os aspectos políticos referentes ao planejamento e a construção do espaço urbano da cidade apresentaram uma descaracterização do seu projeto inicial de cidade-jardim, evidenciando graves problemas ambientais decorrentes da urbanização acelerada e descontrolada, tal como ocorre em outras cidades de porte médio brasileiras.

Após essa trajetória de investigação, pode-se concluir que a história da idealização de Maringá como uma cidade verde aconteceu na interface entre a população, o poder público, os interesses econômicos e o meio ambiente. Quando as questões referentes ao meio ambiente são utilizadas a favor dos interesses econômicos e imobiliários, a própria cidade corre o risco de ser transformada em mercadoria. Se insistimos, neste trabalho, em mostrar a construção de um ideal de cidade verde foi pelo fato de que, em alguma medida, ele serviu para escamotear os desafios cotidianamente colocados para edificar uma cidade comprometida com o meio ambiente e a sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ASSIS, P. A.; GODOY, A. M. G. A trajetória do conselho de defesa do meio ambiente de Maringá, seu papel nas políticas de recursos hídricos. In: Encontro de Economia Paranaense, 6., **Anais...** ISBN: 978-85-7798. 040-6.

BARBOSA, L.C.; CORDOVIL, F.C. Plano de Diretrizes Viárias de 1979 para Maringá-PR: problemáticas, soluções e influências de sua preocupação ambiental. In: PEIXOTO, E.R.; DERNTL, M.F.; PALAZZO, P.P.; TREVISAN, R. (Orgs.) **Tempos e escalas da cidade e do urbanismo**: Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Brasília, DF: Universidade Brasília - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014.

BOVO, M. C. Áreas verdes urbanas, imagem e uso: um estudo geográfico sobre a cidade de Maringá – PR. 2009. 324 fls. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

BOVO, M. C.; AMORIM, M. C. C. T. **A cidade verde, imagens e discursos**: o caso de Maringá (PR) Brasil. *Ra'e Ga*, n. 26, 2012.

BRASIL. **Lei n. 6938/1981**. 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm>. Acesso em: Set. 2015.

CODEM – Comissão de Desenvolvimento Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Maringá**. Curitiba: Prefeitura, 1967.

CORDOVIL, F. C. A aventura planejada: engenharia e urbanismo na construção de Maringá, PR 1947 — 1982. 2010. 636f. **Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)**. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 1999.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 4. ed. São Paulo, Editora Ática, 2005.

DIAS, J. L.; BECKER, G. V. Desvendando a "Black Box": utilização da perspectiva histórico-longitudinal em pesquisas na administração. In: Encontro da ANPAD, 34., 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 19. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: EdUEL, 2004. 403 p. Disponível em: <<http://selonk.com.br/gphr/?p=195>>. Acesso em: nov. 2015.

GREGOLIN, M. R. **Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades**. Comunicação, mídia e consumo. São Paulo, vol.4, n.11, p.11 – 25. nov. 2007.

GUATTARI, F. **Caosmose – um novo paradigma estético**. São Paulo: 34, 2006.

GUATTARI, F; ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do Desejo**. 4º Ed, Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HISTÓRIA de Maringá. **O DIÁRIO**. Maringá. Disponível em: <<http://www.odiariorio.com/historiademaringa/>>. Acesso em: Jan. 2016.

KERKHOFF, J. A. A política ambiental de Maringá como instrumento de desenvolvimento sustentável: uma análise a partir da legislação ambiental municipal. **Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

LEMONS, F. C. S. **História do espaço e governamentalidade em Michel Foucault**. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n. 36, p. 138-148, jan./jun. 2012.

MAACK, R. **Geografia física do estado do Paraná**. Curitiba: BADEP, 1968.

MANSANO, C. N. O bairro do Jardim Alvorada em Maringá/PR: da colonização à expansão urbana. 2013. 251 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

MARINGÁ. **Lei Complementar n. 632**. 6 out. 2006. Disponível em: <http://www2.maringa.pr.gov.br/sistema/arquivos/geo/leis/lc_632_2006_plano_diretor_lei_consolidada.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

MARINGÁ. **Lei complementar n. 758**. Dispõe sobre a política de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente no Município de Maringá. 28 jun. 2009. Disponível em: <www.maringa.pr.gov.br/arquivos/orgao_oficial/arquivos/oom%202111.pdf>. Acesso em: dez. 2015.

MARQUES, W. L. **História de Cianorte: sua regionalização**. Vol. 3, Maringá: Vera Cruz, 2013.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEGUETTI, K. S.; REGO, R. L.; BELOTO, G. E. Maringá: a paisagem urbana e o sistema de espaços livres. **Paisagem Ambiente: ensaios**, n. 26, São Paulo, p. 29-50, 2009.

MORO, D. A. Maringá espaço e tempo. In: MORO, D. A. (org.). **Maringá, espaço e tempo: ensaio de geografia urbana**. Maringá: EdUEM, 2003.

PARK, R. **On social control and collective behavior**. Chicago: Chicago Press, 1967.

PAULA, J. A. de. **Memória e esquecimento, Belo Horizonte e Canudos**: encontros e estranhamento. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 18. p. 43-60, nov./1997.

REGO, R.L. O desenho urbano de Maringá e a ideia de cidade-jardim. **Revista Acta Scientiarum**, Maringá: Eduem, v. 23, n.6, p. 1569-1577, 2001.

SILVA, C.A.M. Considerações sobre o espaço urbano de Maringá-PR: do espaço de floresta à cidade-jardim, representação da "cidade-ecológica", "cidade-verde". 2006. 229f. **Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)** - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SILVA, L. S.; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos Metrópole**, p. 27-47, 2008.

TAKAHASHI, L. T. A arborização urbana e a distribuição de energia elétrica em dois bairros da cidade: Jardim Alvorada e Zona 5. 1997. **Monografia (Especialização em Geografia do Estado do Paraná)**, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1997.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.

VIEIRA, J. M. **Ante-projeto da cidade de Maringá no estado do Paraná**. [194-]. 1 planta. Acervo do Museu da Bacia do Paraná.